

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE UMA DAS VARAS CÍVEIS  
DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXX-DF**

**Fulana de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da CI n. XXXXXX SSP-DF e CPF XXXXXX e **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da CI n. XXXXXXXX, residentes e domiciliados a XXXXXXXX-DF (telefone: XXXXXXX), vem por meio da Defensoria Pública do XXXXXXXX, propor

**Ação de Obrigação de Fazer com pedido de  
tutela antecipada**

em desfavor de **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliada a XXXXXXXX-DF, aduzindo para tanto, as razões de fato e de direito a seguir expostas:

**DOS FATOS**

01. Os Autores entabularam, com a Requerida, em XX de XXXXX de XXXX, contrato de locação residencial verbal, cujo objeto seria o aluguel do imóvel sito na XXXXXXXX-DF, pelo valor certo e ajustado de R\$ XXXX (XXXXXXXXXX) mensais, com vencimento todo dia XX (XXXX), não tendo sido acordado prazo para término do contrato. Imediatamente, os Autores mudaram-se para o imóvel, em XX/XX, pagando o aluguel do primeiro mês e um mês de aluguel adiantado (depósito).

02. Estabelecidas então as cláusulas do pacto, os Requerentes solicitaram à locadora que procedesse ao registro por escrito do acordo, contudo, a Requerida assim não o fez.

03. Em XX/XX/XXXX, os Requeridos efetuaram o pagamento do aluguel referente ao período de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX.

04. Ocorre que, em XX/XX/XXXX, os Requerentes souberam que o imóvel em questão não era da Requerida, e sim, de sua tia, pois, nesta data, foram procurados por ela, que lhes pediu para sair do imóvel, pois iria fazer uma reforma, e que depois desta poderia tornar a alugá-lo. A tia sequer recebia o dinheiro relativo aos alugueres que ficavam com a Requerida. Os Requerentes acordaram com a tia da Requerida que sairiam no dia XX/XX/XXXX, em razão do depósito feito em maio, referente a um mês de aluguel antecipado.

05. Inobstante, em XX/XX/XXXX, a Locadora desligou a chave de energia, obstando o acesso de luz ao imóvel em que residem os Requerentes e seus três filhos.

06. Cumpre registrar que os Requerentes estão quites com todos os encargos locatícios, todavia, encontram-se impossibilitados de viver tranqüilamente em sua casa, não podendo praticar atos corriqueiros domésticos, não podendo sequer com dignidade servirem-se do bem locado e de alguns utensílios em razão da falta de luz.

07. Ademais, o Requerente tem bronquite alérgica, asma, pressão alta e está tomando medicação para a pressão (CAPTOPRIL 25mg) e outros, conforme documentos em anexo, bem como tem que fazer nebulização todos os dias, e está sendo prejudicado com a medida tomada pela Requerida, arbitrariamente, uma vez que nem dona do imóvel locado é e que a proprietária do imóvel acordou com os Requerentes que estes somente sairiam do bem em XX/XX/XXXX.

08. Registre-se, ainda, que os Autores têm três crianças, de dez, seis e dois anos e necessitam da energia para realizar atos simples da vida cotidiana, como tomar banho, fazer comida, etc. A menina de dois anos encontra-se, inclusive, gripada e não pode tomar banho sem o devido aquecimento da água. O núcleo familiar atravessa, diante dessa realidade, um momento muito constrangedor e aviltante.

09. Vale dizer que a situação restou absolutamente insustentável sendo que os Requeridos e sua família não podem ser prejudicados e humilhados por causa da intransigência da Requerida, impondo-se a cessação de todo o incômodo suportado injustamente.

## **DOS DIREITO**

10. Pelo relato feito há de se perceber que a requerida infringiu a disposição legal do artigo 22 da Lei de Locações (Lei n. 8245/91) que determina *in verbis*: “O locador é obrigado a: I – [...] omissis; II – manter, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado; III-manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel”.

11. Ademais, em tese, ainda praticou a conduta tipificada no artigo 345 do Código Penal, a saber: “Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão embora legítima, salvo quando a lei: Pena – detenção, de 15 (quinze) dias a 1 (um) mês, ou multa, além da pena correspondente à violência.”

12. O que importante ressaltar é que a postura adotada pela requerida é totalmente reprovável e, ainda, deveria esta garantir aos Requerentes o pleno uso do imóvel objeto do contrato.

13. Por essas razões, objetiva a requerente obter o pronunciamento judicial no sentido de obrigar a requerida a religar, ou melhor, restabelecer imediatamente o funcionamento do medidor de energia elétrica para a residência da autora. Diz-se que a necessidade é urgente, deve ser sanada de modo imediato, encontrando-se presentes todos requisitos legais para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela pretendida, nos termos do artigo 273 do CPC.

## **DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer:

a) Os benefícios da assistência judiciária gratuita, por estar a autora amparada pela Lei 1.060/50;

b) A citação da Requerida, para, querendo, contestar a ação;

c) A antecipação dos efeitos da tutela pretendida, determinando-se que a Requerida imediatamente restabeleça o funcionamento do medidor de energia elétrica para a residência dos Autores e, em não o fazendo, seja-lhe cominada multa diária, confirmando a decisão em sentença;

d) A procedência do pedido para determinar a obrigação da Ré em assegurar a inalterabilidade do contrato de locação e, sobretudo, religar o aparelho medidor de energia elétrica;

e) A condenação da requerida ao pagamento de honorários de advogado na base de 20%, a serem revertidos ao PROJUR-DF, além das custas processuais.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente pelo depoimento pessoal do requerido e oitiva de testemunhas que comparecerão independente de intimação.

Dá-se à presente o valor de R\$XXXXXX (XXXX).

Nestes Termos

Pede Deferimento.

XXXXXXXX-DF, XX de XXXXXX de XXXX.

